

# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

2.

Artigo 3º - Os créditos abertos por esta Lei serão cobertos com recursos provenientes de:

I - Excesso de Arrecadação autorizado pelo art. 6º, inciso I, da Lei nº 5361, de 13 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

II - Superávit Financeiro autorizado pelo art. 6º, inciso I, da Lei nº 5361, de 13 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 1.173.895,00 (um milhão, cento e setenta e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais) provenientes de recursos federais.

Artigo 4º - Fica incluído no Plano Plurianual, período 2018 a 2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR  
Prefeito Municipal

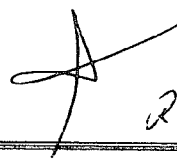

**PARECER JURÍDICO Nº 33/2020 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº  
33/2020 - PROCESSO Nº 15575-051-20.**

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 33/2020, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica proceder análise relativa ao mérito ou conveniência da proposta ora apresentada.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

A iniciativa dos Projetos de Lei pode partir dos próprios cidadãos, Prefeito, Vereadores, Comissões ou até mesmo da Mesa, nos termos do disposto no artigo 134 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, bem como no artigo 44 da Lei Orgânica do Município.

 210 

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Por sua vez, o artigo 79, incisos XV e XIX, da LOMRC, estabelece ser de competência do Senhor Prefeito Municipal realizar operações de crédito autorizadas pela Câmara Municipal e delegar por decreto à autoridade do Executivo, funções administrativas que sejam de sua exclusiva competência.

A Lei 4320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os artigos 42 e 43 da mencionada legislação dispõem que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto legislativo, assim como que a abertura dos referidos créditos depende da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa e será precedida de justificativa, conforme segue abaixo:

*"Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

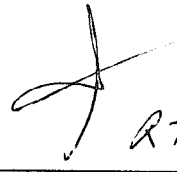

***Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)***

*§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)*

***I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)***

***II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)***

***III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)***

 R70 

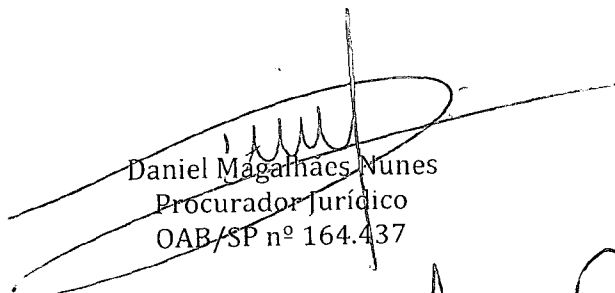
Estado de São Paulo

# Câmara Municipal de Rio Claro


Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço **reveste-se de legalidade, com a ressalva acima mencionada.**

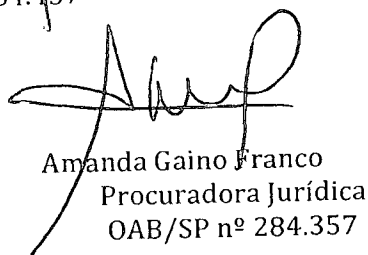
Rio Claro, 18 de março de 2020.



Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437



Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624



Amanda Gaino Franco  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 033/2020

PROCESSO 15575-051-20

PARECER Nº 036/2020

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do Projeto de Lei.

Rio Claro, 19 de março de 2020.

  
**GERALDO LUIS DE MORAES**  
Presidente

**DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI**  
Relator

  
**RAFAEL HENRIQUE ANDREETA**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 033/2020

PROCESSO 15575-051-20

PARECER Nº 036/2020

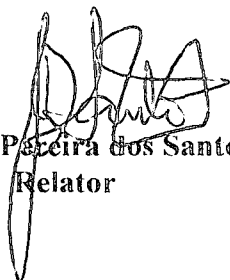
O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Comissão de Administração Pública acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.


Rio Claro, 19 de março de 2020.



Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Presidente



José Pereira dos Santos  
Relator



Paulo Marcos Guedes  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 033/2020

PROCESSO 15575-051-20

PARECER Nº 035/2020

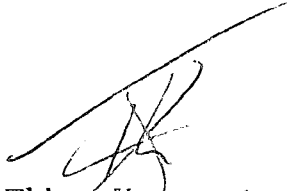
O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

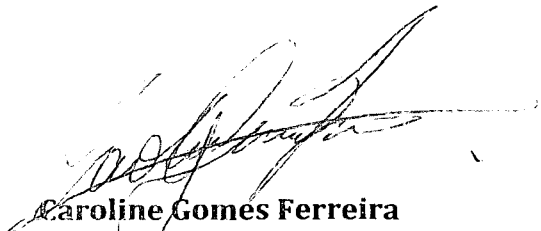
Rio Claro, 19 de março de 2020.



Ruggiero Augusto Seron  
Presidente



Thiago Yamamoto  
Relator



Caroline Gomes Ferreira  
Membro

## COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 033/2020

PROCESSO 15575-051-20

PARECER Nº 027/2020

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A **COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 19 de março de 2020.



José Claudinei Paiva  
Presidente

Anderson Adolfo Christofolletti  
Relator



Adriano La Torre  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 033/2020

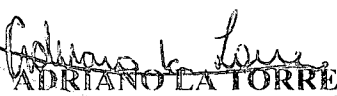
PROCESSO 15575-051-20


PARECER Nº 029/2020

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**. Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 19 de março de 2020.

  
ADRIANO LA TORRE  
Presidente

  
PAULO MARCOS GUEDES  
Relator

  
MARIA DO CARMO GUILHERME  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/2019

(Institui o título <sup>1</sup>Empresa Amiga dos Animais<sup>2</sup> no Município de Rio Claro e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica instituído o título de "Empresa Amiga dos Animais" para empresas privadas estabelecidas no Município de Rio Claro que desenvolvam atividades de notório interesse público, visando contribuir para a defesa, saúde e a melhoria da qualidade de vida dos animais.

Parágrafo Único - Por defesa, saúde e melhoria da qualidade de vida dos animais, entendem-se ações como: castração, adoção, abrigo, doação de rações para Ong's, atendimento veterinário, entre outros cuidados aos animais.

Artigo 2º - O título de que trata este Decreto Legislativo será concedido às empresas que se inscreverem, junto à Câmara Municipal, apresentando relatório comprobatório das atividades desenvolvidas em benefícios dos animais necessitados.

Artigo 3º - O título "Empresa Amiga dos Animais" será entregue, anualmente, em Sessão Solene na semana do dia 4 de outubro, quando é comemorado o Dia Mundial dos Animais.

Artigo 4º - O título terá validade de doze meses e poderá ser concedido à mesma pessoa jurídica mais de uma vez, desde que mediante a nova inscrição comprove que continuou realizando sua contribuição social.

Artigo 5º - O título "Empresa Amiga dos Animais" poderá ser afixado no estabelecimento, e utilizado para fins de propaganda e divulgação.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 7º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 21 de agosto de 2019.



PAULO GUEDES  
Vereador

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PARECER JURÍDICO REFERENTE AO DECRETO LEGISLATIVO Nº 18/2019 - PROCESSO Nº 15437-168-19.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2019, de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, que institui o título de Empresa Amiga dos Animais no Município de Rio Claro e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica proceder análise relativa ao mérito ou conveniência da proposta ora apresentada.

R 18

132

Em relação ao aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte:

O Projeto de Decreto Legislativo em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Verifica-se a existência da Lei Municipal nº 5285, de 04 de junho de 2019, que dispõe sobre o Programa de Banco de Ração e utensílios para animais no município de Rio Claro.

Nota-se, que embora tenha a Lei Municipal acima mencionada, o projeto de Decreto Legislativo ora analisado pretende instituir um título (Certificado) de “Empresa Amiga dos Animais” no âmbito da Câmara Municipal, já que o artigo 2º estabelece que o referido título será concedido às empresas que se inscreverem na Edilidade, apresentando relatório comprobatório das atividades em benefício dos animais, a ser entregue na semana compreendida do dia 04 de outubro de cada ano, não havendo incompatibilidade entre as normas, apenas a instituição da citada premiação no âmbito da Câmara Municipal.


R18

# Câmara Municipal de Rio Claro


Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Decreto Legislativo em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 11 de setembro de 2019.



Amanda Gainó Franco  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357



Ricardo Teixeira Pentead  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI      Nº      5285  
de 04 de junho de 2019

(Projeto de Lei de autoria do Vereador Luciano Feitosa de Melo)

(Institui o programa de "Banco de Ração e Utensílios para Animais" no Município de Rio Claro e dá outras providências)

Eu, JOÃO TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei: -

Artigo 1º - Fica instituído o "Banco de Ração e Utensílios para Animais" programa do Município de Rio Claro, que visa:

§ 1º - Coletar, gêneros alimentícios, perecíveis ou não, desde que em condições de consumo, bem como utensílios para animais, móveis, roupas, remédios, coleiras, guias, casinhas, bolsas de transporte e brinquedos, todos os provenientes de doações de:

I - Estabelecimentos comerciais;

II - Fabricantes ligados à produção e comercialização, no atacado ou varejo, de gêneros alimentícios destinados a animais;

III - Apreensões realizadas por órgãos da Administração Municipal, Estadual ou Federal, resguardadas a aplicação das normas legais;

IV - Órgãos Públicos, e;

V - Pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

§ 2º - Distribuir os gêneros alimentícios e os utensílios coletados.

Artigo 2º - A distribuição dos gêneros alimentícios e dos utensílios coletados poderá ser feita diretamente pelo "Banco de Ração e Utensílios para Animais" ou por entidades, organizações não governamentais - ONGS - ou protetores independentes previamente cadastrados.

§ único - Uma equipe de voluntários fará o recebimento e a distribuição dos gêneros alimentícios e dos utensílios coletados e deverão quinzenalmente informar o número de animais atendidos pelo "Banco de Ração e Utensílios para Animais".

X

*Ass.*

135



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI Nº 5285  
de 04 de junho de 2019

2.

Artigo 3º - São beneficiários do "Banco de Ração e Utensílios para Animais":

I - protetores independentes e cadastrados;

II - ONGS (Organizações Não Governamentais) ligadas à causa animal, devidamente constituídas e cadastradas;

III - Animais abandonados; e,

IV - Famílias cadastradas que comprovem baixa renda, nenhuma renda ou condição de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional, assistidas ou não por entidades assistenciais e que possuam animais.

Artigo 4º - Fica proibida a comercialização dos gêneros alimentícios e dos utensílios coletados e doados pelo "Banco de Ração e Utensílios para Animais".

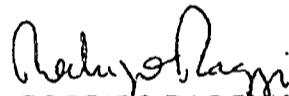
§ único - A arrecadação dos gêneros alimentícios e dos utensílios far-se-á sem ônus para o Executivo Municipal.

Artigo 5º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 04 de junho de 2019

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR  
Prefeito Municipal

  
RODRIGO RAGGHIANTE  
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

  
JEAN WALTER LOPES SCUDELLER  
Secretário Municipal da Administração

Assinatura em nome da Prefeitura

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/2019

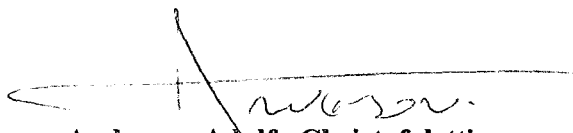
PROCESSO 15437-168-19

PARECER Nº 177/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **PAULO MARCOS GUEDES**, Institui o título Empresa Amiga dos Animais no Município de Rio Claro e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 11 de setembro de 2019.



**Anderson Adolfo Christofolletti**  
Presidente



**Dérmeval Nevoeiro Demarchi**  
Relator



**Rafael Henrique Andreetta**  
Membro

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/2019

PROCESSO 15437-168-19

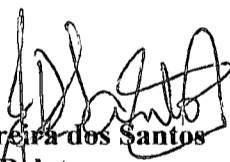
PARECER Nº 112/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **PAULO MARCOS GUEDES**, Institui o título Empresa Amiga dos Animais no Município de Rio Claro e dá outras providências.

A Comissão de Administração Pública acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 07 de outubro de 2019.

  
**Hernani Alberto Mônaco Leonhardt**  
Presidente

  
**José Pereira dos Santos**  
Relator

**Paulo Marcos Guedes**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/2019

PROCESSO 15437-168-19

PARECER Nº 009/2020

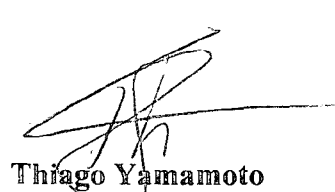
O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **PAULO MARCOS GUEDES**, Institui o título Empresa Amiga dos Animais no Município de Rio Claro e dá outras providências.

A **Comissão de Políticas Públicas** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 13 de fevereiro de 2020.



Ruggero Augusto Seron  
Presidente



Thiago Yamamoto  
Relator

Caroline Gomes Ferreira  
Membro

**COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/2019**

**PROCESSO 15437-168-19**

**PARECER Nº 023/2020**

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **PAULO MARCOS GUEDES**, Institui o título Empresa Amiga dos Animais no Município de Rio Claro e dá outras providências.

A **COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 17 de fevereiro de 2020.



**José Claudinei Paiva**  
**Presidente**

**Anderson Adolfo Christofolletti**  
**Relator**



**Adriano La Torre**  
**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E  
RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/2019

PROCESSO 15437-168-19

PARECER Nº 002/2020

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **PAULO MARCOS GUEDES**, Institui o título Empresa Amiga dos Animais no Município de Rio Claro e dá outras providências.

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 20 de fevereiro de 2020.



**JOSE JÚLIO LOPES DE ABREU**  
Presidente



**JOSÉ CLAUDINEI PAIVA**  
Relator

**PAULO ROGÉRIO GUEDES**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/2019

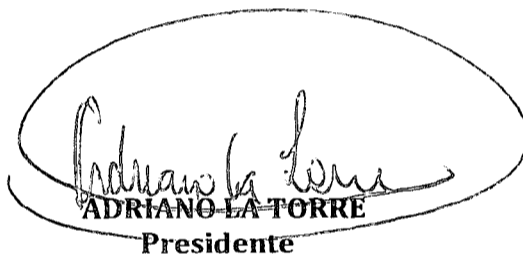
PROCESSO 15437-168-19

PARECER Nº 017/2020

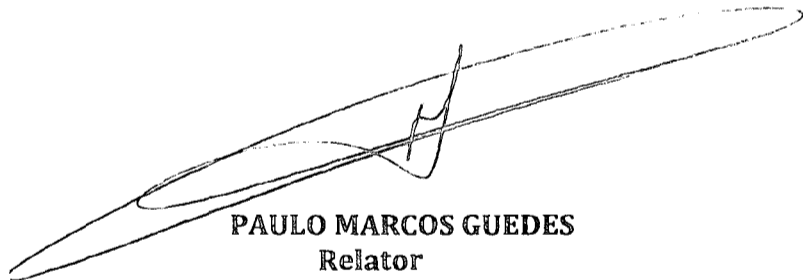
O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **PAULO MARCOS GUEDES**, Institui o título Empresa Amiga dos Animais no Município de Rio Claro e dá outras providências.

A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

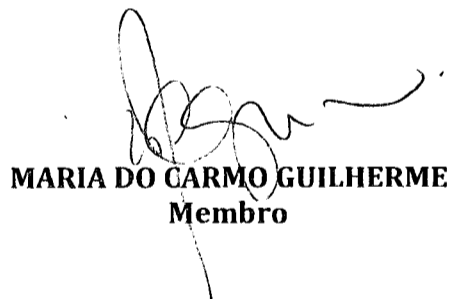
Rio Claro, 27 de fevereiro de 2020.



**ADRIANO LA TORRE**  
Presidente



**PAULO MARCOS GUEDES**  
Relator



**MARIA DO CARMO GUILHERME**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 021/2019

(Institui no Município de Rio Claro a Medalha de Heroísmo Tenente Siqueira Campos).

Artigo 1º - Fica instituída a Medalha de Heroísmo Tenente Siqueira Campos, a ser concedida aos civis e militares de Rio Claro que, no exercício de sua função, tenham se distinguido por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, mérito pessoal, bons serviços prestados à cidade ou serviços dignos de especial destaque, valor desportivo e cultural.

Artigo 2º - A Medalha de Heroísmo Tenente Siqueira Campos é constituída por um colar nas cores verde e amarelo, formado por uma medalha de 70 mm (setenta milímetros), tendo no centro a Bandeira Brasileira, circundado pela inscrição: **MEDALHA DE HEROÍSMO TENENTE SIQUEIRA CAMPOS - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO-SP**, no verso da medalha deverá constar data e o nome do homenageado, sendo que, aos militares será fornecido juntamente com o colar medalha para farda.

Artigo 3º - A homenagem será concedida pela Câmara Municipal de Rio Claro.

Parágrafo Único - A proposta deverá conter os dados completos dos homenageados, com a indicação das respectivas razões, condecorações que eventualmente lhe tenham sido outorgadas e outros dados julgados necessários, bem como um breve currículo.

Artigo 4º - As concessões disciplinadas neste Decreto serão registradas em livro próprio, denominado Livro Tombo de Registro da Medalha de Heroísmo Tenente Siqueira Campos, que será assinado pelo homenageado e ficará sob a custódia do cerimonial da Câmara Municipal.

Artigo 5º - As concessões disciplinadas neste Decreto serão concedidas, no mês de Julho por ocasião da celebração do Dia (06), último dia em que ocorreu a revolta do forte de Copacabana.

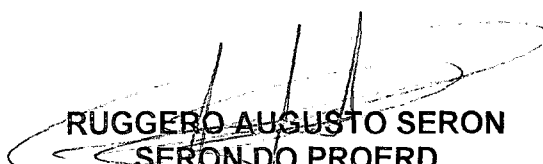
Parágrafo Único - A honraria será destinada a 06 (seis) pessoas por ano.

Artigo 6º - A entrega da honraria será feita pelo Presidente da Sessão Solene.

Artigo 7º - As despesas com a execução deste Decreto, correrão por conta da Câmara Municipal.

Artigo 8º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 05 de setembro de 2019.

  
**RUGGERO AUGUSTO SERON**  
**SERON DO PROERD**  
Vereador - DEM

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 21/2019, PROCESSO Nº 15452-183-19.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 21/2019, de autoria do nobre Vereador Ruggero Augusto Seron, que institui no município de Rio Claro a medalha de heroísmo Tenente Siqueira Campos.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

R75 

144

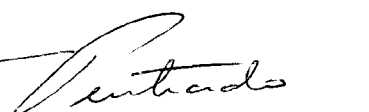
O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal no artigo 3º, inciso XII, do atual Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, bem como no artigo 15, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro, os quais dispõem que a Câmara Municipal deliberará, mediante resolução, sobre assuntos de sua economia interna e, **nos demais casos de sua competência privativa, por meio de decreto legislativo.**

Vale ressaltar que o Projeto de Decreto Legislativo ora analisado institui no município de Rio Claro a medalha de heroísmo Tenente Siqueira Campos, a ser concedida aos civis e militares de Rio Claro que, no exercício de sua função, tenham se distinguido por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, mérito pessoal, bons serviços prestados à cidade ou serviços dignos de especial destaque, valor desportivo e cultural.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que **o Projeto de Decreto Legislativo em apreço reveste-se de legalidade.**

Rio Claro, 18 de setembro de 2019.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteadó  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 021/2019

PROCESSO 15452-183-19

PARECER Nº 184/2019


O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **RUGGERO AUGUSTO SERON**, Institui no Município de Rio Claro a Medalha de Heroísmo Tenente Siqueira Campos.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 25 de setembro de 2019.



Anderson Adolfo Christofolletti  
Presidente



Dermeval Nevoeiro Demarchi  
Relator



Rafael Henrique Andreeta  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 021/2019

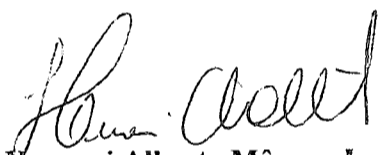
PROCESSO 15452-183-19

PARECER Nº 122/2019


O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **RUGGERO AUGUSTO SERON**, Institui no Município de Rio Claro a Medalha de Heroísmo Tenente Siqueira Campos.

A Comissão de Administração Pública acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 21 de outubro de 2019.



**Hernani Alberto Mônaco Leonhardt**  
Presidente



**José Pereira dos Santos**  
Relator

**Paulo Marcos Guedes**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 021/2019

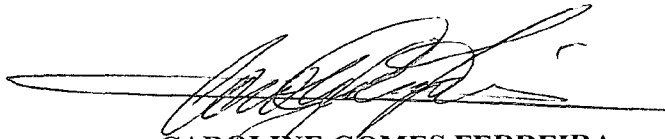
PROCESSO 15452-183-19

PARECER Nº 116/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **RUGGERO AUGUSTO SERON**, Institui no Município de Rio Claro a Medalha de Heroísmo Tenente Siqueira Campos.

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 24 de outubro de 2019.

  
**CAROLINE GOMES FERREIRA**  
Presidente

  
**ADRIANO LA TORRE**  
Relator

  
**IRANDER AUGUSTO LOPES**  
Membro

## COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 021/2019

PROCESSO 15452-183-19

PARECER Nº 070/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **RUGGERO AUGUSTO SERON**, Institui no Município de Rio Claro a Medalha de Heroísmo Tenente Siqueira Campos.

A Comissão de Pessoa Humana acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 11 de novembro de 2019.

  
José Claudinei Paiva  
Presidente

Thiago Yamamoto  
Relator

  
Geraldo Luis de Moraes  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 021/2019

PROCESSO 15452-183-19

PARECER Nº 135/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **RUGGERO AUGUSTO SERON**, Institui no Município de Rio Claro a Medalha de Heroísmo Tenente Siqueira Campos.

A Comissão de Finanças acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 14 de novembro de 2019.



**GERALDO LUIS DE MORAES**  
Presidente

**PAULO ROGÉRIO GUEDES**  
Relator



**MARIA DO CARMO GUILHERME**  
Membro